

José Eduardo Sabo Paes

# FUNDAÇÕES, ASSOCIAÇÕES *e* ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

Aspectos jurídicos, administrativos,  
contábeis, trabalhistas e tributários

**9<sup>a</sup>**  
edição

revista e  
atualizada



A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

■ Capa: Rafael Molotievski

■ Ilustração: Renato Palet

■ Fechamento desta edição: 15.09.2017

■ CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P143f

Paes, José Eduardo Sabo

Fundações, associações e entidades de interesse social : aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários / José Eduardo Sabo Paes. – 9. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-6086-5

1. Direito civil. I. Título.

17-44700

CDU: 347(81)

# SUMÁRIO

## PRIMEIRA PARTE PESSOAS JURÍDICAS E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

### CAPÍTULO I PESSOAS JURÍDICAS E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

1. Das pessoas jurídicas.....	3
1.1. Origem e noções preliminares.....	3
1.2. Classificação das pessoas jurídicas.....	4
1.2.1. Pessoas jurídicas de direito público.....	5
1.2.2. Pessoas jurídicas de direito privado.....	6
1.3. Sociedades .....	8
1.3.1. Noções preliminares .....	8
1.3.2. Classificação das sociedades .....	9
1.4. Associações .....	10
1.4.1. Noções preliminares .....	10
1.4.2. Do direito de associação na Constituição .....	10
1.4.3. Início da existência.....	12
1.5. Distinção entre sociedades e associações .....	13
1.6. Das entidades de interesse social .....	14
1.7. Fundações.....	15
1.7.1. Noções preliminares .....	15
1.7.2. Características essenciais .....	15
1.8. Diferenças entre fundação e associação .....	16
1.9. Das organizações religiosas .....	17
1.9.1. Natureza jurídica e posição constitucional .....	17

1.9.2.	As organizações religiosas no âmbito do Código Civil.....	20
1.9.2.1.	Da liberdade de criação, organização, estruturação interna e funcionamento das organizações religiosas .....	20
1.9.2.2.	Do registro da organização religiosa e de sua administração .....	21
1.9.2.3.	Dos sistemas organizacionais das organizações religiosas...	22
1.9.2.4.	Do acordo Brasil-Vaticano.....	23
1.9.2.5.	Os direitos da personalidade e as organizações religiosas ..	24
1.9.2.6.	Da dissolução e da liquidação das organizações religiosas. Da possibilidade de restituição de contribuições ou “dízimos” prestados ao patrimônio da entidade religiosa .....	25
1.9.2.7.	As Organizações Religiosas e a Lei n.º 13.019/2014.....	27
1.10.	EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada .....	28
1.10.1.	Natureza jurídica e previsão normativa.....	28
1.10.2.	Características básicas.....	28
1.10.3.	Nome empresarial.....	28
1.10.4.	Vedação de participação societária em outra EIRELI .....	29
1.10.5.	Transformação de outras espécies societárias em EIRELI .....	29
1.10.6.	Possibilidade da EIRELI e os direitos autorais do único sócio .....	29
1.10.7.	Da constituição da EIRELI e da participação de pessoas jurídicas.....	29
1.10.8.	Regime tributário.....	30
1.11.	Corporação.....	30
1.12.	Confederações e Federações .....	31
1.12.1.	Posição no âmbito do direito civil.....	31
1.12.2.	Posição no âmbito do direito do trabalho.....	32
1.13.	Consórcio .....	33
1.14.	Consórcios públicos.....	34
1.15.	Sindicato: posição legal e natureza jurídica.....	36
1.15.1.	Posição constitucional e legal .....	37
1.16.	Sociedades cooperativas.....	40
1.16.1.	Origem e evolução legislativa .....	40
1.16.2.	Da natureza jurídica das sociedades cooperativas .....	41
1.16.3.	Forma de constituição da cooperativa .....	42
1.16.4.	Cooperativas sociais.....	44
1.16.5.	Cooperativas de trabalho .....	45
1.16.6.	Cooperativas de crédito .....	46
1.16.7.	O ato cooperativo .....	47
1.16.8.	A Lei n.º 5.764/1971 e o Código Civil de 2002 (arts. 1.093, 1.094 e 1.095).....	49
1.16.9.	Da responsabilidade dos sócios.....	52
1.16.10.	As cooperativas e a Lei n.º 8.666/1993.....	52

1.16.11. As cooperativas e a Lei n.º 13.019, de 2014.....	53
1.16.12. Do sistema cooperativista brasileiro e de seus órgãos de apoio .....	54
1.17. Serviços sociais autônomos.....	55
1.17.1. Noções preliminares e natureza jurídica.....	55
1.17.2. Forma de criação, objetivos e entidades existentes .....	55
1.17.3. Recursos financeiros: a forma de controle.....	56
1.17.4. Da observância pelos serviços sociais dos princípios gerais que norteiam a administração pública: questões afetas à licitação e à admissão de pessoal.....	57
1.18. Agências reguladoras.....	59
1.19. Das organizações estrangeiras destinadas a fins de interesse coletivo e sua autorização para funcionamento no Brasil.....	61
1.19.1. Noções iniciais e regime jurídico .....	61
1.19.2. Forma de atuação da entidade estrangeira.....	62
1.19.3. Do procedimento para a autorização do governo brasileiro.....	62
1.19.3.1. Do exame da documentação e do deferimento ou indefe- rimento do pedido .....	65
1.19.5. Entidades proibidas de funcionar no Brasil.....	66
1.19.6. Organizações estrangeiras destinadas à intermediação de adoções internacionais de menores.....	66
1.19.6.1. Peculiaridades do procedimento de autorização .....	67

## SEGUNDA PARTE

### TERCEIRO SETOR, ECONOMIA SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA POPULAR

#### CAPÍTULO II

### TERCEIRO SETOR, ECONOMIA SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA POPULAR

1. Terceiro Setor.....	71
1.1. Noções preliminares.....	71
1.2. Sociedade civil e Estado.....	72
1.2.1. Conceito de sociedade civil.....	72
1.2.2. O papel do Estado e suas crises.....	74
1.2.3. O Estado Democrático de Direito e o princípio da subsidiariedade.....	75
1.3. Conceito de Terceiro Setor .....	76
1.4. Origem, importância, abrangência e peculiaridades.....	77
1.5. Da responsabilidade social.....	80
1.6. Movimentos sociais e Terceiro Setor .....	81

2.	A influência da religião no terceiro setor.....	83
2.1.	Noção inicial.....	83
2.2.	A Igreja e o Protestantismo.....	84
2.3.	A tradição religiosa e o Terceiro Setor.....	85
3.	Atual situação do Terceiro Setor no Brasil.....	86
3.1.	Alterações legislativas apresentadas no âmbito do Terceiro Setor.....	88
3.2.	Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil: discussões do Grupo de Trabalho.....	90
3.2.1.	Da Lei n.º 13.019, de 31.07.2014.....	91
3.2.1.1.	Âmbito de aplicação da norma.....	92
3.2.1.2.	Destinatários da norma: Organizações da Sociedade Civil e Administração Pública.....	93
3.2.1.3.	Casos que a Lei n.º 13.019/2014 exclui de sua incidência ....	94
3.2.1.4.	Instrumentos de parcerias criadas: termo de colaboração, termo de fomento e acordo de colaboração.....	95
3.2.1.5.	Fundamentos, objetivos e diretrizes das parcerias.....	96
3.2.1.6.	Termo de Colaboração e termo de fomento.....	97
3.2.1.6.1.	Considerações iniciais.....	97
3.2.1.6.2.	Definição, características e requisitos para celebração dos termos.....	98
3.2.1.6.3.	Plano de trabalho.....	103
3.2.1.6.4.	Chamamento público.....	104
3.2.1.7.	Acordo de cooperação.....	107
3.2.1.8.	Da execução das parcerias.....	107
3.2.1.9.	Procedimento de Manifestação de Interesse Social – PMIS.....	109
3.2.1.10.	Prestação de contas.....	109
3.3.	Mapa das Organizações da Sociedade Civil.....	111
3.4.	Da Lei de Acesso à Informação – Lei n.º 12.527/2011 – e sua aplicação às entidades privadas sem fins lucrativos.....	112
3.5.	Redes e o Terceiro Setor.....	113
4.	Economia social, economia solidária e economia popular.....	115
4.1.	Noções iniciais.....	115
4.2.	Economia social.....	115
4.3.	Economia solidária.....	117
4.3.1.	Características.....	117
4.3.2.	Experiências da economia solidária na Europa.....	119
4.3.3.	Experiências da economia solidária no Brasil.....	119
4.3.4.	Redes de colaboração solidária.....	120
4.4.	Economia popular.....	121

## TERCEIRA PARTE ASSOCIAÇÕES

### CAPÍTULO III ASSOCIAÇÕES

1. Formas de constituição e de aquisição de sua personalidade jurídica .....	125
1.1. Registro de pessoa jurídica de direito privado como forma de início de sua existência .....	126
1.1.1. Dos direitos adquiridos pelas pessoas jurídicas anteriormente ao seu registro (entidades jurídicas de fato) .....	129
1.2. Roteiro para a constituição de uma associação sem fins lucrativos .....	130
2. Do Estatuto da associação .....	131
2.1. Disposições estatutárias, obrigatórias e facultativas .....	132
2.1.1. Da denominação, sede, duração e fins da associação .....	132
2.1.2. Das atividades da associação .....	134
2.1.3. Das fontes de recursos .....	134
2.1.4. Da administração .....	134
2.1.5. Da diretoria .....	135
2.1.5.1. Das reuniões da diretoria. Das atas e da sua publicidade ...	136
2.1.5.2. Da impossibilidade do exercício de cargo de diretor por membro de conselho fiscal de outros conselhos ou órgãos auxiliares .....	136
2.1.6. Dos associados .....	136
2.1.6.1. Dos requisitos para admissão de associados .....	138
2.1.6.2. Dos requisitos para a demissão, desligamento e exclusão dos associados .....	139
2.1.7. Da assembleia-geral .....	141
2.1.7.1. Do Conselho Deliberativo .....	143
2.1.8. Do Conselho Fiscal .....	143
2.1.9. Do <i>quorum</i> das decisões dos órgãos coletivos e da decadência do direito de anular estas decisões .....	145
3. Da dissolução da associação .....	145
3.1. Da dissolução administrativa .....	146
3.2. Da dissolução judicial .....	147
3.3. Do destino do patrimônio remanescente depois de dissolvida a associação .....	147
3.4. Da restituição das contribuições ao patrimônio .....	148
4. Da liquidação extrajudicial de associações .....	149
5. A proteção dos direitos da personalidade e sua aplicação às pessoas jurídicas .....	150
5.1. A importância das pessoas jurídicas de direito privado .....	151
5.2. Da aplicabilidade dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas .....	152
5.2.1. Relação dos direitos da personalidade aplicáveis às pessoas jurídicas .....	153

## QUARTA PARTE FUNDAÇÕES

### CAPÍTULO IV FUNDAÇÕES

1. Origens das fundações.....	163
1.1. A posição do instituto fundacional na Grécia.....	164
1.2. A posição do instituto fundacional em Roma.....	165
2. Evolução histórica.....	166
2.1. A presença no Direito francês.....	167
2.2. A presença no Direito alemão.....	168
2.3. A presença no Direito inglês.....	168
2.4. O crescimento nos Estados Unidos e na Europa.....	169
2.4.1. Legislação fundacional da Espanha.....	171
2.4.1.1. Previsão constitucional.....	171
2.4.1.2. Previsão legal – Lei n.º 50/2002.....	171
2.4.1.2.1. Estrutura da Lei n.º 50/2002.....	172
2.4.1.2.2. Novidades da Lei n.º 50/2002.....	173
2.4.1.3. Regime fiscal: Lei n.º 49/2002.....	174
2.5. A presença das fundações no direito brasileiro: ordenações manuelina e afonsina.....	174
2.5.1. A consolidação das normas vigentes no Brasil sobre fundações.....	176
3. Conceito.....	177
3.1. A doutrina.....	178
4. Natureza jurídica.....	178
5. Classificação.....	179
5.1. Noções preliminares.....	179
5.2. Fundações instituídas pelo Poder Público.....	180
5.2.1. Noções introdutórias.....	180
5.2.2. Fundação pública instituída e mantida pelo Poder Público com personalidade jurídica de direito público – autarquia.....	182
5.2.3. Características essenciais.....	183
5.2.4. Fundação pública instituída pelo Poder Público com personalidade jurídica de direito privado.....	185
5.2.4.1. Noções introdutórias.....	185
5.2.4.2. Características essenciais.....	188
5.3. Controle das fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público.....	191
5.4. A fundação pública de natureza jurídica de direito privado e o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal de 05.10.1988.....	193
5.5. Do reconhecimento pelo STF da existência das fundações públicas e autárquicas e das fundações públicas de natureza jurídica de direito privado, além das fundações tipicamente privadas.....	194



5.6. Do regime jurídico das fundações públicas de natureza jurídica de direito privado .....	197
5.7. Da recepção do art. 5.º, IV, do Decreto-Lei n.º 200/1967 pela atual Constituição .....	199
5.8. Dos fins e das áreas de atuação da fundação pública de direito privado .....	200
5.9. Da edição de lei estadual regulamentando as áreas de atuação das fundações públicas de direito privado e autorizando o Poder Público estadual a instituir fundações públicas de direito privado .....	201
5.10. Do Projeto de Lei Complementar à Constituição – PLP n.º 092, de 12.07.2007 .....	202
6. Tipos de fundação de direito privado .....	203
6.1. Fundação instituída por pessoas físicas ou jurídicas .....	203
6.2. Fundação instituída por empresa .....	204
6.2.1. Características gerais .....	204
6.2.2. Anomalias .....	207
6.3. Fundação instituída por partido político .....	208
6.3.1. Noções gerais sobre partido político .....	208
6.3.2. Características das fundações dos partidos políticos .....	209
6.3.3. Atuação do Ministério Público e da Justiça Eleitoral .....	211
6.3.3.1. Da adequação de institutos ou fundações de pesquisa e doutrinação e educação política de partido políticos às normas do Código Civil de 2002 .....	212
6.3.3.2. Da regulamentação no âmbito da Justiça Eleitoral das finanças, contabilidade e prestação de contas dos Partidos Políticos e das suas implicações nas Fundações partidárias .....	213
6.3.3.3. Da possibilidade de reversão de recurso da fundação para o Partido Político .....	215
6.4. Fundações de apoio às instituições de ensino superior .....	216
6.4.1. Noções preliminares e natureza jurídica .....	216
6.4.2. Posição legal .....	218
6.4.2.1. As quatro grandes lições da Lei n.º 8.958/1994 .....	220
6.4.2.2. Da expressão “desenvolvimento institucional”: abrangência e definição .....	226
6.4.2.3. Da aplicação dos princípios constitucionais da administração pública às fundações de apoio .....	230
6.4.2.4. Da liberação ou do repasse pelo Ministério da Educação de recursos financeiros para as IFES no final do exercício financeiro .....	230
6.4.2.5. Da desnecessidade da prestação de contas das fundações de apoio diretamente ao Tribunal de Contas da União .....	233
6.4.2.6. Da participação de servidores das IFES e ICTS contratantes nas Fundações de Apoio e nas atividades previstas na Lei n.º 8.958/1994 .....	233

6.4.2.7.	Da transparência e do acesso à informação das atividades das Fundações de Apoio.....	237
6.4.2.8.	Da execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes que envolvam recursos públicos.....	238
6.4.2.9.	Da execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes que não envolvam recursos públicos. ....	238
6.4.2.10.	Obrigações que a Fundação de Apoio deve ter na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes, independentemente se forem utilizados ou não recursos públicos .....	238
6.4.2.11.	Da subcontratação pelas fundações de apoio de todo ou parte do objeto do ajuste firmado com as IFES ou ICTs .....	239
6.4.2.12.	Das relações entre Fundações de apoio e instituições apoiadas .....	239
6.4.2.13.	Convênios de educação, ciência, tecnologia e inovação .....	241
6.4.2.14.	Da remuneração por meio de taxa de administração para os convênios firmados entre as fundações de apoio e as instituições federais de ensino superior .....	241
6.4.2.15.	Da desnecessidade do recolhimento à conta única do Tesouro Nacional das receitas oriundas de ações conjuntas das IFES com suas fundações de apoio cujos recursos sejam públicos .....	243
6.4.2.16.	Da vedação do repasse antecipado de recursos para o caso de contratos por caracterizar liquidação antecipada de despesas .....	243
6.4.2.17.	Da contratação de fundação de apoio para a realização de concursos públicos e vestibulares.....	243
6.4.2.18.	Da não aplicabilidade da Lei n.º 13.019/2014 às Fundações de Apoio .....	245
6.4.3.	Das portarias interministeriais do MEC e do MCTI.....	246
6.4.4.	Bolsas de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação .....	250
6.4.4.1.	Conceito e origem histórica .....	250
6.4.4.2.	Importância no desenvolvimento econômico e científico ...	251
6.4.4.3.	Natureza jurídica das bolsas de ensino, pesquisa e extensão...	252
6.4.5.	Bolsas de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação no âmbito da Lei n.º 8.958, de 1994.....	253
6.4.5.1.	Tipos de bolsas.....	255
6.4.5.2.	Entidades que podem conceder bolsas .....	255
6.4.5.3.	Da tributação das bolsas com relação ao imposto de renda.....	256
6.4.5.4.	Da tributação das bolsas em relação às contribuições previdenciárias .....	257
6.5.	Fundação de previdência privada ou complementar. Características gerais....	259
6.5.1.	Atuação do Ministério Público e do Ministério da Previdência e Assistência Social .....	261

6.5.2. Da tributação no âmbito das entidades fechadas e previdência privada.....	263
6.6. Fundação comunitária.....	266
6.6.1. Noções introdutórias.....	266
6.6.2. Origem das fundações comunitárias.....	266
6.6.3. Características e conceito de fundações comunitárias.....	267
6.6.4. Áreas de atuação da fundação comunitária.....	268

## CAPÍTULO V

### FORMA DE CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO E DE AQUISIÇÃO DE SUA PERSONALIDADE JURÍDICA

1. Noções introdutórias.....	270
2. Capacidade jurídica dos futuros instituidores.....	271
3. Capacidade das pessoas físicas ou jurídicas para instituir uma fundação.....	271
3.1. Pessoas físicas.....	271
3.2. Pessoas jurídicas.....	272
3.2.1. Da instituição de fundação por sociedade simples ou empresariais....	273
3.2.2. Da instituição de fundação privada por sociedade de economia mista.....	273
3.3. Honorabilidade e idoneidade financeira.....	276
4. Formas e modalidades de constituição.....	276
4.1. Escritura pública.....	277
4.1.1. Retificação da escritura pública.....	279
4.1.2. Da ineficácia da escritura pública.....	279
4.1.3. Do local do registro da escritura de instituição.....	280
4.1.4. Da verificação da suficiência do patrimônio.....	281
4.2. Testamento.....	282
4.2.1. Da possibilidade de revogação.....	282
4.2.2. Da reversão dos bens aos herdeiros do fundador.....	283
5. A aquisição da personalidade jurídica: o Estatuto.....	283
5.1. Noções introdutórias.....	283
5.2. Natureza jurídica da inscrição do estatuto.....	284
5.3. Pessoas capazes de registrar o estatuto.....	284
5.4. Requisitos formais genéricos do registro.....	285
5.5. Requisitos formais específicos do registro.....	285
5.5.1. Da aprovação do estatuto pelo Ministério Público como condição prévia ao seu registro em cartório.....	286
5.5.2. Hipóteses de aprovação do estatuto pelo juiz – suprimimento judicial	287
5.5.2.1. Do suprimimento judicial caso não haja concordância do instituidor com as modificações apresentadas pelo Ministério Público.....	287

5.5.2.2.	Do suprimimento judicial da denegação de aprovação do estatuto pelo Ministério Público.....	288
5.5.2.3.	Natureza e procedimento do suprimimento judicial.....	288
5.5.3.	Da administração provisória.....	289
5.6.	Da advocacia: sua origem, posição constitucional e legal .....	290
5.6.1.	A Lei n.º 8.906/1994 e o visto de advogado no estatuto das pessoas jurídicas como condição essencial ao seu registro em cartório .....	291
5.6.2.	A Ordem dos Advogados do Brasil: necessidade de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União e sua natureza jurídica de acordo com a jurisprudência do STF.....	293
5.7.	Consequências da realização de atividades por fundação em processo de formação no direito comparado e no direito brasileiro .....	294

## CAPÍTULO VI

### DO ESTATUTO FUNDACIONAL

1.	Noções gerais e definição .....	298
2.	Disposições estatutárias obrigatórias e facultativas.....	300
2.1.	Da denominação, sede e duração da fundação (art. 120 da LRP) .....	300
2.2.	Dos fins ou das finalidades da fundação (arts. 120, I, da LRP e 62 do CC)....	304
2.3.	Das atividades da fundação.....	304
2.4.	Do patrimônio .....	305
2.5.	Da receita.....	305
2.6.	Da administração (arts. 120, II, da LRP e 62 do CC) .....	306
2.6.1.	Do Conselho Curador, do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e da representação judicial e extrajudicial (art. 120, II, da LRP) .....	306
2.7.	Das alterações estatutárias (arts. 120, III, da LRP e 67 e 68 do CC).....	307
2.8.	Da extinção da fundação (arts. 69 do CC e 765 do CPC/2015).....	308
2.9.	Do exercício financeiro e orçamentário.....	309
2.10.	Da prestação de contas.....	309
2.11.	Da responsabilidade civil e criminal (art. 120, IV, da LRP) .....	310
2.12.	Da estrutura organizacional e do funcionamento .....	310
2.13.	Das disposições gerais e transitórias.....	310
2.14.	Do velamento do Ministério Público (art. 66 e § 1.º do CC) .....	311
3.	Das modificações do estatuto.....	311
3.1.	Considerações iniciais.....	311
3.2.	Momento de sua concretização .....	312
3.2.1.	Antes do registro do estatuto no cartório de pessoas jurídicas.....	312
3.2.2.	Após o registro do estatuto no cartório de pessoas jurídicas.....	312
3.3.	Conteúdo das modificações ao estatuto.....	313
3.4.	Pressupostos ou requisitos da modificação estatutária .....	314

## CAPÍTULO VII

### DO PATRIMÔNIO DA FUNDAÇÃO

1. Considerações iniciais .....	316
2. Bens livres .....	317
3. A dotação inicial.....	317
4. Da suficiência ou insuficiência dos bens da dotação inicial .....	319
5. Da revogação da dotação inicial.....	321
6. Fundo patrimonial e fundo de reserva técnica.....	322
6.1. Da criação dos dois fundos, forma e funcionamento.....	324
6.1.1. Valor do fundo patrimonial ou <i>endowments funds</i> .....	324
6.1.2. Da utilização do fundo patrimonial .....	325
6.2. Valor do fundo de reserva técnica ou reserva técnica.....	325
6.2.1. Da utilização da reserva técnica ou fundo de reserva técnica.....	326
7. Da alienação dos bens fundacionais .....	326
7.1. Da inalienabilidade dos bens vinculados às finalidades da fundação .....	327
7.2. Do procedimento a ser adotado em caso de alienação de bens .....	328
8. Do comodato de bens de fundação: situações e casos concretos.....	331

## CAPÍTULO VIII

### FINALIDADES DA FUNDAÇÃO

1. Noções preliminares .....	333
2. Da limitação dos fins fundacionais .....	335
2.1. Do princípio da liberdade de associação aplicado às fundações .....	336
2.2. Inaplicabilidade do parágrafo único do art. 62 do Código Civil às fundações existentes .....	337
2.3. Da inaplicabilidade do parágrafo único do art. 62 do novo Código Civil às fundações a serem criadas.....	339
2.3.1. Do significado do vocábulo “religiosos” .....	340
2.3.2. Do significado da expressão “fins morais” .....	341
2.3.3. Do significado da expressão “fins culturais” .....	341
2.3.4. Do significado da expressão “fins assistenciais” .....	342
2.3.5. Da aplicação extensiva do parágrafo único do art. 62 do Código Civil ....	344
3. Da alteração dos fins.....	344
4. Do desvio de finalidade.....	347
5. Desenvolvimento de atividades comerciais e industriais .....	347

## CAPÍTULO IX

### ÓRGÃOS DA FUNDAÇÃO

1. Considerações preliminares .....	351
2. Características básicas: importância, autonomia, estrutura, gestão.....	352

3.	Mandato. Membros natos. Investidura.....	354
4.	Do Exercício gratuito das funções e da remuneração de seus dirigentes .....	356
4.1.	Cautelas e requisitos a serem adotados para possibilitar a remuneração dos dirigentes .....	357
5.	Conselho Curador .....	358
5.1.	Das atas do Conselho Curador .....	361
5.2.	Do voto do presidente do Conselho .....	361
5.3.	Das incompatibilidades ou impedimentos para integrar o Conselho Curador como membro ou presidente de pessoas que exercem cargos públicos. Situações dos Reitores, Magistrados e Membros do Ministério Público Brasileiro.....	362
6.	Conselho Fiscal.....	367
7.	Conselho Administrativo ou Diretoria Executiva .....	368
7.1.	Poder de representação e de gestão.....	369
7.2.	Das atas e da sua publicidade.....	369
7.3.	Da impossibilidade do exercício de cargo de diretor por membro dos Conselhos Curador e Fiscal .....	369
7.4.	Das atribuições da Diretoria Executiva.....	370
8.	Órgãos auxiliares .....	372

## CAPÍTULO X

### DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

1.	Noções introdutórias .....	374
2.	Causas de extinção.....	375
2.1.	Ilícitude de seu objeto .....	375
2.2.	Finalidade (fim) impossível ou inútil.....	375
2.3.	Impossibilidade de sua manutenção.....	376
2.4.	Vencimento do prazo de sua existência.....	377
3.	Formas de extinção.....	377
3.1.	Legitimação ativa .....	377
3.2.	Extinção administrativa.....	377
3.2.1.	Da lavratura da escritura pública de extinção no cartório de notas..	378
3.2.2.	Da averbação da escritura pública de extinção no cartório de pessoas jurídicas.....	378
3.2.2.1.	Exigências que devem ser feitas pelo oficial do cartório.....	379
3.3.	Extinção judicial .....	379
3.3.1.	Do inquérito civil público.....	379
3.3.2.	Da ação civil de extinção.....	380
4.	Do destino dos bens em caso de extinção .....	383
4.1.	Da previsão do destino dos bens na escritura pública ou no estatuto.....	383

4.2. Da incorporação do patrimônio a outras fundações que se proponham a fins iguais ou semelhantes .....	384
4.3. Da devolução do patrimônio da fundação extinta à Fazenda Pública .....	385
5. Da liquidação ou apuração do patrimônio .....	385
5.1. Das consequências do registro de extinção da fundação .....	388

## QUINTA PARTE

### FUNDAÇÕES E ASSOCIAÇÕES

#### CAPÍTULO XI

##### FORMA DE ATUAÇÃO DAS FUNDAÇÕES E DAS ASSOCIAÇÕES

1. Noções preliminares .....	391
2. Princípios legais e éticos de atuação .....	392
3. O exercício, pelas fundações e associações, de atividades comerciais ou industriais .....	394
3.1. Da obtenção derivada pela cobrança dos serviços prestados .....	395
4. A autocontratação .....	396
5. Da responsabilidade dos administradores .....	396
5.1. Noções introdutórias e conceito de responsabilidade .....	396
5.2. Da responsabilidade civil .....	397
5.2.1. Da responsabilidade civil do administrador .....	398
5.2.2. Da responsabilidade contratual e extracontratual das pessoas jurídicas de direito privado .....	399
5.2.3. Da responsabilidade subjetiva, objetiva e solidária .....	399
5.2.4. Da aplicação do princípio da responsabilidade no âmbito das fundações e associações .....	401
5.3. Da responsabilidade dos administradores quando da desconsideração da personalidade jurídica .....	402
5.3.1. Da desconsideração da personalidade jurídica de uma fundação ou associação .....	403
5.4. Do ato regular de gestão .....	405
6. Da concessão do benefício da gratuidade de justiça às pessoas jurídicas .....	406
6.1. Previsão constitucional .....	406
6.2. Lei n.º 1.060, de 05.02.1950 .....	407
6.3. Lei nº 13.105, de 2015 – Código de Processo Civil .....	408
7. Da ação civil pública e sua utilização pelas associações e fundações .....	408
8. Modificação de estrutura de entidades por meio de fusão, incorporação, cisão e transformação .....	411
8.1. Noções iniciais e históricas .....	411

8.2. Da transformação .....	412
8.3. Da incorporação .....	412
8.4. Da fusão .....	414
8.5. Da cisão .....	415
8.5.1. Da cisão parcial .....	416
8.5.2. Da realização de cisão no âmbito do Terceiro Setor em face da Lei nº 12.101, de 2009 .....	417
9. A Lei de Falências e de Recuperação de Empresas e sua aplicação às associações e fundações .....	419
9.1. Introdução .....	419
9.2. Os institutos da falência, da insolvência e suas diferenças .....	419
9.3. Associações civis e fundações e aplicação da Lei n.º 11.101/2005 .....	421
9.4. Das razões para que o mesmo tratamento dispensado pelo legislador às empresas seja dado a associações e fundações .....	422
9.5. Dos meios econômicos e da aplicação extensiva da Lei n.º 11.101/2005 às associações e fundações .....	423

## CAPÍTULO XII

### FUNCIONAMENTO INTERNO DAS FUNDAÇÕES E DAS ASSOCIAÇÕES: PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO, RELAÇÕES DE TRABALHO E CONTABILIDADE

1. Noções preliminares .....	425
2. Planejamento .....	426
2.1. Planejamento estratégico .....	427
2.2. Planejamento orçamentário .....	428
2.2.1. Avaliação de impacto social .....	429
3. Dos aspectos trabalhistas e das relações de trabalho (remunerada e não remunerada) no âmbito das fundações, associações e entidades de interesse social e da prestação de serviços às entidades de assistência social por estrangeiro .....	430
3.1. Introdução .....	430
3.1.1. Perfil atual das fundações privadas e associações sem fins lucrativos segundo o IBGE .....	431
3.1.1.1. Primeiras pesquisas realizadas: período de 1996 a 2002 e de 2003 a 2005 .....	431
3.1.1.2. Terceira pesquisa realizada: período de 2006 a 2010 .....	434
3.2. Do trabalho remunerado, do contrato de trabalho e da relação de emprego .....	438
3.2.1. Dos procedimentos para a admissão de empregados .....	439
3.2.2. Das principais formas de contratação remunerada com vínculo de emprego .....	439
3.2.2.1. Contrato de trabalho intermitente .....	439
3.2.2.2. Contrato de experiência .....	440
3.2.2.3. Contrato por prazo indeterminado .....	441



3.2.2.4.	Contrato por prazo determinado .....	441
3.2.2.5.	Contrato de aprendizagem .....	442
3.2.2.6.	Contrato de trabalho por tempo parcial.....	442
3.2.3.	Das principais formas de contratação remunerada sem formação de vínculo empregatício.....	443
3.2.3.1.	Trabalhadores temporários.....	443
3.2.3.2.	Estagiários.....	444
3.2.3.3.	Trabalhadores autônomos.....	445
3.3.	Do trabalho não remunerado: o serviço voluntário.....	446
3.3.1.	Lei n.º 9.608, de 18.02.1998: marco legal do serviço voluntário .....	447
3.3.2.	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e sindicais da pessoa jurídica sem fins lucrativos .....	451
3.4.	Da prestação de serviços a entidades de assistência social por estrangeiro.....	451
3.4.1.	Da condição jurídica do estrangeiro, da forma de ingresso e dos direitos no território brasileiro .....	451
3.4.2.	Da concessão de visto a estrangeiros que venham ao Brasil para prestar serviços a entidades religiosas ou de assistência social.....	452
4.	Da remuneração de dirigentes de fundações e entidades de interesse social.....	454
4.1.	Noções introdutórias.....	454
4.2.	Organizações Sociais (OS) – Lei n.º 9.637/1998.....	455
4.3.	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – Lei n.º 9.790/1999.....	456
4.4.	Remuneração dos dirigentes das OSs e OSCIPS – Lei n.º 10.637/2002 .....	457
4.5.	Remuneração dos dirigentes de entidades imunes – Leis nºs 12.868/2013 e 13.151/2015 .....	458
4.6.	Remuneração dos dirigentes de entidades imunes e isentas – Lei n.º 13.204/2015 .....	460
4.7.	Remuneração dos dirigentes de entidades isentas do Sistema Nacional do Desporto .....	462
4.8.	Limites à remuneração dos dirigentes de entidades imunes e isentas.....	463
5.	Dos pagamentos diferentes: diárias e ajudas de custo e participação nos lucros ou resultados.....	464
5.1.	Diárias e ajudas de custo.....	464
5.2.	Participação nos lucros ou resultados.....	465
6.	Sistema contábil das entidades sem fins lucrativos.....	466
6.1.	Introdução.....	466
6.2.	Algumas alterações na Lei n.º 6.404/1976, introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 .....	468
6.3.	Aplicação dos princípios de contabilidade.....	469
6.4.	Contas: origem, função, importância e classificação.....	470
6.4.1.	Ativo circulante e não circulante realizável a longo prazo .....	471

6.4.2. Ativo não circulante – imobilizado e intangível.....	472
6.4.2.1. Correção monetária.....	473
6.4.2.2. Depreciação e amortização.....	473
6.4.3. Passivo exigível.....	474
6.4.4. Patrimônio líquido.....	474
6.5. Demonstrações financeiras a serem adotadas.....	476
6.5.1. Balanço patrimonial.....	476
6.5.2. Demonstração do resultado do exercício.....	477
6.5.3. Demonstração de fluxos de caixa.....	479
6.5.4. Notas explicativas.....	479
6.6. Balanço social.....	481
6.6.1. Aplicação do balanço social e do balanço socioambiental nas entidades de interesse social.....	483
6.7. Da Resolução n.º 1.409, de 21.09.2012, do Conselho Federal de Contabilidade, que revogou as Resoluções n.º 837, de 22.02.1999, e n.º 877, de 20.04.2000.....	485
6.7.1. Do reconhecimento das transações.....	485
6.7.2. Das demonstrações contábeis.....	486
6.8. Plano de contas.....	486
6.9. Contabilidade por fundos.....	487
6.10. Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.....	488

## CAPÍTULO XIII

### DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ACOMPANHAMENTO DAS ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL E NO VELAMENTO DAS FUNDAÇÕES

1. Origens e posição atual da instituição Ministério Público.....	490
2. Da atribuição legal de acompanhar as atividades das entidades de interesse social.....	492
2.1. Noções preliminares.....	492
2.2. Da atuação por intermédio de Promotorias de Justiça especializadas.....	493
2.2.1. Dos atos jurídicos praticados pelos órgãos do Ministério Público.....	498
2.2.2. Papel e legitimação do Ministério Público na apuração de irregularidades em associações e sociedades civis sem fins lucrativos por meio do inquérito civil público.....	499
2.2.2.1. Da promoção pelo Ministério Público do inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social e para a defesa dos interesses indisponíveis.....	502
2.2.2.2. Da legitimidade do Ministério Público para apurar, mediante inquérito civil público, as irregularidades nas associações e sociedades civis.....	503
2.3. Da efetivação do controle finalístico, por meio de inspeções <i>in loco</i> .....	505

3.	Da função institucional de velar pelas fundações.....	507
3.1.	Noções introdutórias.....	507
3.2.	Do alcance da expressão velar .....	509
3.3.	Do velamento do Ministério Público em relação às fundações que estendam suas atividades a mais de um Estado ou ao Distrito Federal.....	511
3.3.1.	Atividades exercidas de forma permanente ou eventual.....	512
3.3.2.	Do aproveitamento da prestação de contas prestada em outra unidade da federação.....	513
3.4.	Dos aspectos abrangidos pelo velamento das fundações de direito privado exercido pelo Ministério Público .....	514
3.4.1.	Da normatização da atuação no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público .....	517
3.4.2.	Do Promotor de Justiça/Curador de Fundação agindo em nome da entidade fundacional – <i>legitimatio ad causam</i> extraordinária .....	518
3.4.3.	Definição de atribuição de Promotorias de Justiça de Fundações: Resolução n.º 090, de 14.09.2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	519
3.4.4.	Crítérios para prestação de contas: Portarias Normativas n.º 429 e n.º 430, de 30.03.2016, do PGJ do MPDFT.....	525
3.4.4.1.	Prestação de contas e prescrição .....	528
3.5.	Dos meios jurídicos à disposição do Ministério Público no exercício do velamento.....	528
3.5.1.	Dos atos extrajudiciais praticados pelo órgão do Ministério Público .....	530
3.5.2.	Dos atos judiciais praticados pelo órgão do Ministério Público.....	532
3.6.	Da atuação conjunta e uniforme do Ministério Público brasileiro na fiscalização, acompanhamento e velamento das fundações e entidades de interesse social.....	535
3.6.1.	Da realização de ações afirmativas para a proteção do patrimônio, dos serviços e do atendimento aos beneficiários das Fundações e Entidades de Interesse Social .....	539
4.	O novo Código Civil e o velamento das fundações no âmbito do Distrito Federal.....	540
4.1.	Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.794-8/DF .....	543

## CAPÍTULO XIV

### PARCERIAS, QUALIFICAÇÕES, TÍTULOS, CERTIFICADOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS CONCEDIDOS E/OU PACTUADOS PELO PODER PÚBLICO

1.	Serviço público .....	547
2.	Regimes de parceria: execução indireta de serviços públicos.....	548
3.	Organizações sociais.....	550
3.1.	Conceito e noções gerais.....	550
3.2.	Características básicas .....	551
3.3.	Contrato de gestão.....	552

3.4. Da desqualificação .....	554
3.5. Das inconstitucionalidades arguidas na ADI n.º 1.923-5 com relação à Lei n.º 9.637/1998 .....	554
3.5.1. Do julgamento da liminar na ADI n.º 1.923-5 pelo Supremo Tribunal Federal .....	558
3.5.2. Julgamento do mérito da ADI n.º 1.923-5 .....	560
3.5.3. Pontos em destaque no acórdão da ADI n.º 1.923-5 .....	568
3.5.3.1. Possibilidade da atuação dos particulares nos serviços públicos sociais .....	568
3.5.3.2. Concretização de atividade de fomento público às ações dos particulares no campo dos serviços sociais trazendo mais eficiência com os programas de ação institucional.....	568
3.5.3.3. Qualificação de entidade privada como “Organização Social” e forma de credenciamento em que todos os interessados possam contribuir para a realização de interesses comuns ....	569
3.5.3.4. Necessidade da observância de critérios objetivos para a aprovação da qualificação de entidade com organização social (conveniência e oportunidade) .....	570
3.5.3.5. Natureza conveniente do contrato de gestão.....	570
3.5.3.6. Necessidade da existência de um procedimento público impessoal e objetivo para a escolha da entidade para celebrar o contrato de gestão.....	570
3.5.3.7. As dispensas de licitação tanto na celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais como no caso da destinação a elas de bens públicos deverão ser realizadas por contratação direta com observância dos critérios objetivos, impessoais e públicos.....	571
3.5.3.8. Inexigência do dever de licitar as organizações sociais em suas contratações com terceiros.....	571
3.5.3.9. Inaplicabilidade do concurso público aos empregados das organizações sociais.....	571
3.5.3.10. Plena possibilidade de atuação de ofício por parte do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público na aplicação de verbas públicas .....	572
3.5.3.11. Preservação da liberdade de associação .....	572
3.5.4. Da não aplicação da Lei n.º 8.666/1993 para a celebração pelo Poder Público do contrato de gestão que trata a Lei n.º 9.637/1998 .....	572
3.5.5. Da observância dos princípios constitucionais da publicidade, moralidade, impessoalidade para as contratações realizadas pelas organizações sociais.....	574
3.5.6. Da necessidade de edição pelas organizações sociais de regulamento próprio para suas contratações.....	574
3.6. A experiência da Associação das Pioneiras Sociais no contrato de gestão, sua criação e natureza jurídica .....	576
3.6.1. Do contrato de gestão na Lei n.º 8.246/1991 .....	577
3.6.2. A implantação e o resultado alcançado pelo modelo de gestão .....	579
3.6.3. Objetivos gerais estratégicos da APS no âmbito do contrato de gestão .....	581

4.	Organizações da sociedade civil de interesse público – Oscip. Lei n.º 9.790, de 23.03.1999, “marco legal do terceiro setor”.....	584
4.1.	Entidades que podem se qualificar como Oscip.....	585
4.2.	Entidades que não podem se qualificar como Oscip.....	585
4.3.	Áreas de atuação em que se permite a qualificação.....	586
4.3.1.	Forma de execução das atividades contidas nas finalidades da Oscips....	587
4.4.	Educação e saúde .....	588
4.5.	Microcrédito.....	589
4.5.1.	O microcrédito no Brasil .....	591
4.5.2.	Experiências estaduais e municipais.....	592
4.6.	Do estatuto da Oscip.....	593
4.6.1.	Noções gerais .....	593
4.6.2.	Das normas ou disposições estatutárias obrigatórias .....	593
4.6.2.1.	Da observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência .....	594
4.6.2.2.	Das demais disposições estatutárias obrigatórias constantes dos incisos II a VII do art. 4º da Lei nº 9.790/1999 .....	599
4.7.	Do pedido de qualificação como Oscip .....	605
4.7.1.	Da tramitação do requerimento.....	607
4.7.2.	Da perda da qualificação.....	609
4.8.	Do termo de parceria .....	612
4.8.1.	Da escolha da Oscip para celebrar termo de parceria com a administração pública .....	614
4.8.2.	Das cláusulas do termo de parceria.....	615
4.8.3.	Dos mecanismos de fiscalização de prestação de contas do termo de parceria .....	618
4.8.4.	Incentivos fiscais.....	619
4.8.5.	Da renovação da qualificação de Oscip .....	620
4.9.	Dos títulos e certificados públicos na nova lei.....	621
5.	Título de utilidade pública.....	622
5.1.	Noções introdutórias e definição.....	622
5.2.	Regras para a concessão do título: benefícios e obrigações.....	623
5.3.	Requisitos para obtenção do título de utilidade pública no âmbito do Distrito Federal .....	624
6.	Certificado de entidade beneficente de assistência social.....	626
6.1.	Noções gerais e aspectos históricos.....	626
6.2.	Conceito de filantropia .....	627
6.3.	O novo marco legal que rege a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a fruição da “isenção” (imunidade) das contribuições para a seguridade social.....	630
6.3.1.	A legislação pretérita.....	631
6.3.2.	Projetos de Lei e Medida Provisória que deram origem à Lei 12.101/2009 .....	638
6.3.2.1.	O Projeto de Lei n.º 3.021/2008.....	638

6.3.2.2.	O PLS n.º 462/2008.....	640
6.3.2.3.	A MP n.º 446/2008.....	641
6.3.3.	A Lei n.º 12.101/2009 .....	645
6.3.3.1.	Noções iniciais .....	645
6.3.3.2.	Dos requisitos para que as pessoas jurídicas de direito privado (associativas ou fundacionais) sejam reconhecidas como beneficentes de assistência social, para os fins da Lei n.º 12.101/2009 .....	646
6.3.3.3.	Dos requisitos para que as entidades beneficentes certificadas na forma exigida pela Lei n.º 12.101/2009 façam jus à isenção/imunidade do pagamento das contribuições sociais.....	647
6.3.3.3.1.	Reflexões a respeito da inconstitucionalidade da fixação de requisitos que não constem de lei complementar .....	649
6.3.3.4.	Obrigações a serem atendidas em cada uma das áreas de atuação das entidades: saúde, educação e assistência social.....	654
6.3.3.4.1.	Área de Saúde .....	654
6.3.3.4.2.	Área de Educação .....	660
6.3.3.4.2.1.	Noções iniciais.....	660
6.3.3.4.2.2.	Bolsas de estudos: critérios .....	665
6.3.3.4.2.3.	Das entidades que prestam serviços integralmente gratuitos.....	671
6.3.3.4.3.	Área de assistência social .....	671
6.3.3.4.3.1.	Noções iniciais.....	671
6.4.	Da definição de entidades e organizações de assistência social segundo a LOAS e as deliberações do CNAS.....	675
6.4.1.	Entidades de atendimento.....	675
6.4.2.	Entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos.....	677
6.4.3.	Da promoção da integração ao mercado de trabalho .....	678
6.5.	Do certificado de entidade beneficente de assistência social concedido por adesão ao PROUNI – Programa Universidade para Todos.....	679
6.6.	Considerações finais sobre o novo marco legal – Leis n.º 12.101/2009 e n.º 12.868/2013 .....	680
6.7.	Do Certificado de Fins Filantrópicos no Distrito Federal.....	680
6.8.	Do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e da inscrição das entidades no CAS/DF.....	681

## CAPÍTULO XV

### DAS ATIVIDADES DE FOMENTO DO TERCEIRO SETOR E DOS INCENTIVOS À CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA AS FUNDAÇÕES, ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

1.	Noções introdutórias .....	682
2.	Transferências de recursos: correntes, de capital, legais ou voluntárias .....	683

3. Captação de recursos e elaboração de projetos.....	685
4. A criação de <i>endowments</i> ou fundos patrimoniais como uma estrutura voltada para a sustentabilidade de instituições públicas e privadas.....	686
4.1. Noções iniciais e conceito .....	686
4.2. Características principais .....	686
4.3. Aspectos importantes.....	688
5. Doação e patrocínio .....	689
6. Incentivos fiscais na área cultural .....	690
6.1. Vedações.....	691
6.2. Comprovação das doações ou patrocínios.....	691
6.3. Percentuais de dedução e cálculo do incentivo fiscal.....	692
7. Incentivos fiscais à atividade audiovisual .....	694
8. Incentivos fiscais a atividades desportivas e paradesportivas – Lei n.º 11.438, de 29.12.2006 .....	695
9. Incentivo Fiscal para as instituições que se dedicam à prevenção e ao combate ao câncer e à atenção a saúde das pessoas com deficiência – Lei 12.715, de 17.09.2012... ..	696
9.1. Do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON.....	697
9.2. Do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD .....	697
9.3. Forma, valor e limites das doações e patrocínios .....	698
10. Incentivo fiscal às doações para as instituições de ensino e pesquisa.....	699
11. Incentivo fiscal às doações para entidades civis que prestam serviços gratuitos ..	699
12. Transferências orçamentárias: subvenções e auxílios.....	699
13. Contratos e convênios .....	701
13.1. Noções introdutórias.....	701
13.2. Contratos.....	702
13.3. Convênios administrativos.....	704
13.3.1. Disciplina constitucional, previsão legal e infralegal .....	705
13.3.2. A Instrução Normativa n.º 1, de 15.01.1997, da Secretaria do Tesouro Nacional IN/STN n.º 1/1997 .....	706
13.3.3. Convênios firmados entre a Administração Pública e as entidades de direito privado. Requisitos para aplicação de recursos públicos... ..	706
13.3.4. Decreto n.º 6.170, de 25.07.2007.....	708
13.3.5. Do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SINCONV e do Portal dos Convênios.....	711
14. Doações por meio de fatura telefônica.....	712

## CAPÍTULO XVI

### DO REGIME TRIBUTÁRIO DAS FUNDAÇÕES, ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

1. Noções introdutórias .....	715
2. Imunidade .....	716
2.1. Aspectos do art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal .....	716
2.1.1. Imunidade como regra de delimitação da competência tributária ....	716

2.1.2.	Destinatários da norma imunizante.....	716
2.1.2.1.	Do significado da palavra “instituição” no texto constitucional.....	717
2.1.2.2.	Das instituições de educação.....	718
2.1.2.3.	Das instituições de assistência social.....	720
2.1.2.4.	Das instituições ou entidades sem fins lucrativos .....	722
2.1.2.5.	Do atendimento aos requisitos da lei .....	722
2.2.	Da não distribuição de parcela do patrimônio ou rendas, da aplicação integral no País dos recursos na manutenção de objetivos das entidades e da escrituração de receitas (incisos I, II e III do art. 14 do CTN).....	725
2.2.1.	Das aplicações financeiras no exterior.....	727
2.2.2.	Da realização do objetivo estatutário fora do território nacional.....	730
2.3.	Abrangência da imunidade: finalidades essenciais.....	731
2.4.	Abrangência da imunidade: universo dos beneficiários. Fundações de previdência privada e fundações públicas .....	736
2.5.	Aspectos gerais da imunidade recíproca do art. 150, inciso VI, alínea “a”, e dos seus §§ 2.º e 3.º, todos da Constituição Federal.....	738
2.5.1.	Da aplicação da imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, às empresas públicas e às de economia mista quando prestadoras de serviços <i>stricto sensu</i> .....	740
2.6.	Relação dos impostos abrangidos pela imunidade.....	743
2.6.1.	Do reconhecimento pelo STF da repercussão geral na discussão sobre a aplicabilidade da imunidade tributária ao Imposto de Importação e da caracterização de atividade filantrópica executada à luz de preceitos religiosos (RE nº 630.790/SP).....	746
2.6.2.	Do reconhecimento pelo STF de repercussão geral na discussão da imunidade das operações de circulação de mercadorias. ICMS por parte de entidades de assistência fechada: Caixa de Assistência de Grupo Profissional (advogados) .....	747
3.	Isenção.....	749
3.1.	Classificação e natureza das isenções tributárias .....	749
4.	Relação dos impostos e contribuições abrangidos pela imunidade e/ou isenção....	751
4.1.	Impostos.....	751
4.1.1.	Sobre o patrimônio.....	751
4.1.2.	Sobre a renda – IR.....	755
4.1.3.	Sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços.....	757
4.2.	Contribuições .....	762
4.2.1.	Contribuição patronal para o INSS.....	762
4.2.2.	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).....	764
4.2.3.	Contribuição para o PIS/PASEP .....	764
4.2.4.	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) .....	765
4.2.5.	Contribuição para o salário-educação .....	765
4.2.6.	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).....	766
5.	Isenção de preços públicos ou tarifas.....	766



6. Emissão de notas fiscais.....	768
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	773
ÍNDICE REMISSIVO .....	787

## SUMÁRIO DO MATERIAL SUPLEMENTAR

.....

### LEGISLAÇÃO

Constituição Federal, de 05.10.1988  
 Lei Complementar n.º 75, de 20.05.1993 (LOMPU)  
 Decreto n.º 119-A, de 07.01.1890  
 Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – Decreto-Lei n.º 4.657, de 04.09.1942  
 Código Civil Brasileiro – Lei n.º 10.406, de 10.01.2002  
 Estudo Comparativo do Código Civil de 1916 (arts. 13 a 30) com o Código Civil de 2002 (arts. 40 a 69)  
 Código de Processo Civil – Lei n.º 13.105, de 16.03.2015  
 Código Tributário Nacional – Lei n.º 5.172, de 25.10.1966  
 Lei n.º 13.019, de 31.07.2014  
 Decreto n.º 8.726, de 27.04.2016  
 Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016  
 Decreto de 30.12.1992  
 Lei n.º 6.015, de 31.12.1973  
 Lei n.º 8.429, de 02.06.1992  
 Lei n.º 8.212, de 24.07.1991  
 Lei 11.107, de 06.04.2005  
 Lei n.º 8.742, de 07.12.1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)  
 Lei nº 12.101, de 27.11.2009  
 Decreto 8.242, de 23.05.2014  
 Lei nº 997, de 29.12.1995  
 Resolução n.º 21, de 03.04.2012  
 Lei n.º 8.069, de 13.07.1990  
 Lei n.º 8.906, de 04.07.1994  
 Lei n.º 8.625, de 12.02.1993  
 Lei n.º 8.958, de 20.12.1994  
 Decreto n.º 7.423, de 31.12.2010  
 Decreto 8.240, de 21.05.2014  
 Decreto 8.241, de 21.05.2014  
 Lei 10.973, de 02.12.2004

Decreto 5.563, de 11.10.2005  
 Portaria Interministerial MEC/MCT n.º 3.185, de 07.10.2004  
 Portaria Interministerial MEC/MCT n.º 475, de 14.04.2008  
 Portaria Interministerial 191 MEC/MCTI, de 13.03.2012  
 Lei n.º 9.608, de 18.02.1998  
 Portaria Normativa PGJ/MPDFT n.º 444, de 30.03.2016  
 Lei n.º 9.637, de 15.05.1998  
 Lei n.º 9.732, de 11.12.1998  
 Lei n.º 9.790, de 23.03.1999  
 Decreto n.º 3.100, de 30.07.1999  
 Portaria MJ n.º 361, de 27.07.1999  
 Portaria MJ n.º 362, de 01.03.2016  
 Portaria SNJ n.º 30, de 20.06.2005  
 Portaria SNJ n.º 31, de 20.06.2005  
 Lei n.º 9.867, de 10.11.1999  
 Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016  
 Decreto-Lei n.º 41, de 18.11.1966  
 Lei n.º 1.617, de 18.08.1997 – DODF de 10.09.1997  
 Decreto Distrital n.º 19.004, de 22.01.1998  
 Resolução MPDFT n.º 090, de 14.09.2009  
 Portaria Normativa PGJ/MPDFT n.º 429, de 30.03.2016  
 Portaria Normativa PGJ/MPDFT n.º 430, de 30.03.2016  
 Lei 9.096, de 19.09.1995  
 Tribunal Superior Eleitoral – Resolução n.º 23.464, de 17.12.2015)  
 Resolução CFC n.º 1.409/2012  
 Portaria nº 815/99 - DG/DPF, de 28 de julho de 1999  
 Portaria Nº. 5.831-DG/DPF, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015  
 Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999  
 Portaria nº 240 de 08 de abril de 2014  
 Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros

## MODELOS

Escritura pública de constituição de fundação  
 Escritura pública de extinção de fundação  
 Estatuto da fundação  
 Ata da assembleia-geral de constituição de associação  
 Estatuto da associação  
 Estatuto modelo de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip  
 Requerimento  
 Termo de compromisso  
 Declaração (dos diretores das entidades interessadas na qualificação de Oscip)  
 Termo de parceira  
 Termo de adesão ao serviço voluntário